

# A historiografia sobre Domiciano em três atos: perspectivas tradicional, revisionista e retórica (séc. XIX-XXI)

*The historiography on Domitian in three acts: traditional, revisionist, and rhetorical perspectives (19th-21st centuries)*

Irlan de Sousa Cotrim\*

**Resumo:** No presente artigo, propomos a análise das representações do imperador Tito Flávio Domiciano (81-96) nos textos de historiadores circunscritos aos séculos XIX, XX e XXI. Identificamos três perspectivas acerca desse controverso *princeps*. No período que abrange o final do século XIX até meados da década de 1930, destaca-se a perspectiva tradicionalista, na qual, não obstante os seus proponentes terem reconhecido a importância da cultura material nas análises históricas, a primazia ainda era conferida à fonte textual. No segundo momento, entre meados da década de 1940 a 1989, emergem os textos revisionistas, nos quais a conotação de tirano, construída pelos tradicionalistas, passou a ser questionada pelos historiadores mediante a exploração da cultura material. Por fim, na perspectiva retórica, que se delineia entre os anos de 1990 e as duas primeiras décadas do século XXI, observa-se a compreensão, por parte de historiadores e classicistas, da fabricação retórica tanto das fontes textuais quanto da documentação material.

**Abstract:** In this article, we propose an analysis of the representations of Emperor Titus Flavius Domitian (81-96) in the texts of historians in the 19th, 20th, and 21st centuries. We identify three perspectives on this controversial *Princeps*. In the period spanning from the late 19th century to the mid-1930s, the traditionalist perspective stands out, wherein, despite its proponents recognizing the importance of material culture in historical analyses, primacy is still given to textual sources. In the second phase, between the mid-1940s and 1989, revisionist texts emerged, in which the characterization of tyranny, inherited from the traditionalists, began to be questioned by historians through the exploration of material culture. Finally, in the rhetorical perspective, which unfolds between the 1990s and the first two decades of the 21st century, historians and classicists are observed to understand the rhetorical construction of both textual sources and material documentation.

**Palavras-chave:**

Domitiano.  
Historiografia.  
Tiranía.  
Vitupério.

**Keywords:**

Domitian.  
Historiography.  
Tyranny.  
Blame.

---

Recebido em: 24/01/2024

Aprovado em: 12/08/2024

---

\* Doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob orientação da Profa. Dra. Leni Ribeiro Leite e financiamento da Fapes. Mestre em História pela mesma instituição. Desenvolve a investigação intitulada *A propaganda de Nerva em moedas e no De Aquaeductu Urbis Romae, de Frontino (96-98)*. É membro do grupo de pesquisa Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas representações (Limes/ES).

## Introdução

As representações tradicionais sobre o último imperador da dinastia flaviana, Tito Flávio Domiciano (81-96), o retrataram como um tirano.<sup>1</sup> Essas narrativas de tirania foram por muito tempo ecoadas pela historiografia que, desejosa em explorar o verdadeiro caráter de Domiciano e de seu governo, propagou uma imagem bastante controversa sobre aquele imperador. Entendemos essas narrativas como controversas porque Domiciano governou por quinze anos ininterruptos (81-96). Caso o imperador tivesse problemas com outros atores políticos ou com outros setores do poder romanos, Domiciano possivelmente teria sido vítima de alguma conspiração bem antes de 96. Autores como Dias (2019) e Szoke (2020) matizaram a assertiva de que Domiciano foi um tirano por quinze anos sem nenhuma resistência por parte do Senado. Além de controversa, aquela historiografia tradicional preteriu os testemunhos poéticos acerca de Domiciano, pois os considerava como expressões meramente adulatórias daquele passado. Ela desprezou o fato de que, assim como as documentações em prosa e as de cunho oficial, as poesias também eram retoricamente instituídas e que, por esse motivo, eram textos participantes do interdiscurso do período. Esta questão, porém, foi explorada por historiadores a partir da década de 1960 e, atualmente, forma a tônica dos estudos dedicados ao governo de Domiciano (Baptista; Leite, 2021, p. 268).

No presente artigo, propomos a análise das representações do imperador Tito Flávio Domiciano (81-96) nos textos de historiadores circunscritos aos séculos XIX, XX e XXI. Identificamos três perspectivas acerca desse controverso *princeps*. No período que abrange o final do século XIX até meados da década de 1930, destaca-se a perspectiva tradicionalista, na qual, não obstante os seus proponentes terem reconhecido a importância da cultura material e da poesia nas análises históricas, a primazia ainda era conferida à fonte textual em prosa. No segundo momento, entre meados da década de 1940 a 1989, emergem os textos revisionistas, nos quais a conotação de tirano, legada pelos tradicionalistas, passou a ser questionada pelos historiadores mediante a exploração da cultura material. Por fim, na perspectiva retórica, que se delineia entre os anos de 1990 e as duas primeiras décadas do século XXI, observa-se a compreensão, por parte de historiadores e classicistas, da fabricação retórica tanto das fontes textuais quanto da documentação material.

---

<sup>1</sup> Este artigo é derivado de nossa dissertação de mestrado, defendida em 2022, sob o título de *A fabricação da imagem imperial de Domiciano em moedas e na Aquileida, de Estácio (81-96)*, financiada pela Capes.

## Domiciano e os tradicionalistas

O *Essai sur le règne de l'Empereur Domitien*, publicado em 1894 por Gsell, foi uma obra de envergadura acerca dos quinze anos do Principado de Domiciano e representou uma ruptura com a imagem majoritariamente negativa do caráter daquele que por séculos ecoou nos testemunhos dos seus algozes, como Suetônio, Dião Cássio, Tácito e Plínio, o Jovem. Sua narrativa oscilou, no entanto, entre os momentos considerados positivos e outros tomados como momentos negativos das ações de Domiciano à frente do Império Romano. Domiciano foi representado, amiúde, ora como um bom imperador, ora como um mau governante na narrativa de Gsell (1894). Seu programa de construções, levado a cabo desde seu primeiro ano como imperador, foi tido pelo autor como um dos principais fatores do *déficit* econômico e que tais gastos seriam mais bem utilizados se investidos no exército. O autor considerou que Domiciano aumentou o salário do exército para angariar maior apoio por parte daquele grupo e que outro passo dado por ele para a manutenção de sua imagem pública foi o expressivo programa de construções. Por meio das reformas, construções e reconstruções de edifícios sagrados, Domiciano pôde consolidar o conjunto de crenças romanas tradicionais do Império (Gsell, 1894, p. 258).

*Sobre esse ponto, no entanto, o autor elogiou as ações de Domiciano de observância das práticas e dos deveres impostos pelos cultos romanos, fruto da manutenção de locais sagrados, bem como da pena capital que Domiciano ordenou à vestal Cornélia (Gsell, 1894, p. 100-113).*<sup>1</sup> A manutenção do sistema de cultos romanos e do culto imperial sob o governo de Domiciano foi necessária para a própria preservação do Império (Gsell, 1894, p. 315). É necessário pontuar, contudo, que Gsell utilizou uma abordagem mecanicista no que diz respeito ao tratamento das religiões e dos sistemas de crenças. Por vezes, o autor se referiu aos cultos às divindades tradicionais romanas como religião nacional.

Uma faceta mais benéfica de Domiciano foi descrita em outros momentos do *Essai*, como, por exemplo, quando o imperador aumentou os salários de seus soldados em Roma e incrementou a quantidade de *congiaria* oferecidos à população.<sup>2</sup> Outros atos que foram considerados como positivos foram o seu apreço pelas províncias, que permitiu

---

<sup>2</sup> De acordo com Suetônio (*Dom.*, 8) Domiciano teria punido com severidade as virgens vestais acusadas de lascívia, um tipo de delito que teria sido negligenciado por Vespasiano e por Tito. Domiciano teria dado a oportunidade para que duas irmãs escolhessem a forma pela qual iriam morrer. Ambas tiveram seus amantes banidos de Roma. Cornélia, que era líder das vestais e que havia sido absolvida de uma acusação de incontinência, mas que fora processada novamente, optou por ser enterrada viva e que seus amantes fossem chicoteados até a morte. Um dos homens processados pertencia à guarda pretoriana e, depois de confessar o delito, sofreu o desterro.

<sup>3</sup> No alvorecer do período republicano de Roma, o *congiarium* tratava-se de uma convenção em termos de medidas, na qual o óleo e o vinho eram calculados e, em determinadas ocasiões, certas quantidades eram distribuídas à população romana (Liv., 25, 2, 8).

certa popularidade ao imperador, e que a sua administração poderia ser considerada positiva (Gsell, 1894, p. 155). Em Roma, Domiciano teria consolidado a autoridade imperial por meio do fortalecimento da prefeitura urbana e, com a progressiva substituição dos libertos pelos equestres à frente dos cargos imperiais, consolidou a diretriz de que os assuntos da *Urbs* deixavam de ser apanágio do seio privado do *princeps* (Gsell, 1894, p. 36). Um ponto bastante discutido por Gsell, em sua obra, foi a questão das perseguições e dos confiscos sob o governo de Domiciano contra membros senatoriais e da aristocracia republicana em Roma. Com a escassez de recursos por conta dos gastos supostamente excessivos com o programa de construções, Domiciano foi descrito como um imperador forçado a cometer um ato impopular de captar recursos daqueles que possuíam em demasia, ou seja, a aristocracia (Gsell, 1894, p. 262).

Outro ponto dessa obra foi a gama de documentações utilizadas pelo autor para compor sua narrativa. Gsell (1894) se empenhou em lidar com um numeroso grupo de fontes disponíveis sobre os flavianos e sobretudo sobre o governo de Domiciano, provenientes das mais diversas naturezas. Documentações de cunho literário, epigráfico, monetário e arqueológico foram utilizadas (Gsell, 1894, p. 97-99; 291-292). Ao longo de sua obra, há centenas de notas de rodapé explicativas e de indicação de bibliografia ou mesmo de anotações sobre as idiosincrasias das fontes utilizadas. No entanto, o autor optou por afastar-se dos estudos sobre aquele imperador após a defesa de sua tese.<sup>1</sup>

De uma maneira geral, o *Essai* foi bastante influente quando de sua publicação como livro, no final do Oitocentos. A obra foi uma das principais fontes de informação sobre Domiciano e sua imagem imperial durante boa parte do século XX. Cerca de cem anos depois de sua primeira publicação, ainda figurava na bibliografia de autores da década de 1990 como Jones (1992) e Southern (1997). Essa influência, no entanto,

---

<sup>4</sup> A inclinação daquele pesquisador em debruçar-se sobre os estudos acerca do governo de Domiciano pode ter sido sintoma do momento que a historiografia europeia passava na segunda metade do Oitocentos, sobretudo a francesa com relação à alemã. Theodor Mommsen coordenou a monumental compilação epigráfica em latim chamada *Corpus Inscriptionum Latinarum*, que teve sua primeira edição publicada no ano de 1861, em território germânico. Foi um marco na historiografia sobre as sociedades do Mediterrâneo Antigo e instigou historiadores à produção de uma história global ou mesmo total que contemplasse toda a documentação disponível sobre o objeto investigado. Vale ressaltar que uma das mudanças ocorridas no Oitocentos foram os movimentos de nacionalização e formação dos Estados Nacionais bem como a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Em 1873, no entanto, Theodor Mommsen publicou um artigo intitulado *Étude sur Plin le Jeune* (2013). Nele, o autor apresentou uma atualização em termos da cronologia da correspondência pliniana, acompanhada de uma pesquisa sobre a vida do escritor, seguida por considerações acerca do poeta Marcial e, por fim, teceu considerações sobre o governo de Trajano. Ao abordar a Guerra Suevo-Sármata (89-97), no entanto, o autor alegou não estar preparado para estabelecer uma cronologia daquele conflito porque algo semelhante deveria ser feito com relação ao governo de Domiciano. Teria sido este o estopim para que Gsell adentrasse essa seara conflituosa. Em seu *Essai*, portanto, Gsell (1894) utilizou os métodos de pesquisa e de trato documental da historiografia alemã e, em sua narrativa, utilizou um gênero que foi bastante execrado pelos historiadores germânicos, a biografia, considerada pelos alemães como uma história-ficção (Legrand, 1994, p. 64-65).

abriu precedente para algumas imprecisões iniciadas por Gsell (1894) e perpetuada por historiadores ao longo do século XX e em alguns textos publicados nas duas primeiras décadas do século XXI. Alguns problemas permaneceram, como a adoção da pecha de tirano, bastante difundida na historiografia aqui elencada para explicar, de forma categórica, tanto o caráter quanto a natureza do governo de Domiciano.

Em *The imperial finances under Domitian, Nerva and Trajan*, Syme (1930) defendeu a hipótese de que Domiciano teria sido um imperador com política exitosa em termos de gerenciamento de fronteiras. O autor teceu críticas às narrativas que afirmavam que Trajano precisou se movimentar para sanar um possível rombo nas contas públicas deixado por Domiciano e proveniente dos supostos gastos excessivos e exagerados daquele imperador. Esse desfalque teria sido causado por conta da tirania de Domiciano e seus gastos exorbitantes (Syme, 1930, p. 56). O autor também defendeu a ideia de que a administração do sucessor de Domiciano, Nerva, teria sido incompetente porque não contava com o apoio da plebe e da guarda pretoriana. Assim, Domiciano foi descrito como um governante com laços sólidos com os legionários e que soube investir recursos para se manter no poder (Syme, 1930, p. 63). Na contramão, Sutherland (1935, p. 162) questionou Syme acerca da saúde financeira do Principado de Domiciano.

Que os "edifícios, espetáculos, *congiaria*, e o aumento do salário dos soldados devem certamente ter desaparecido com bastante dinheiro" é a conclusão algo relutante do Sr. Syme. Os edifícios continuam por considerar. O incêndio sob Tito deixou grandes danos para restauração imediata. O Anfiteatro, o *Templum Divi Vespasiani*, as Termas de Tito e o Arco de Tito estavam ainda inacabados, como é assinalado. O Panteão, o *Iseum* e o *Serapeum* também tiveram de ser restaurados; o *Odeum* e o Estádio deverão provavelmente estar ligados aos jogos do ano 86. As evidências epigráficas provam que o *Templum Castorum et Minervae* foi completado até 90. É certamente significativo que tenha havido, na primeira parte do seu governo, tantas despesas (com o pagamento militar extra a aumentar de ano para ano), e que a sua reputação de "*inopia rapax*" tenha chegado tarde no seu Principado (Sutherland, 1935, p. 159).

Como podemos observar, a autora defendeu que, na gestão de Domiciano, o Império foi alvo de muitas ocasiões que exigiram da administração pública ao menos uma saúde financeira estável. Mas, para ela, Domiciano não teria falido nem deixado as finanças com excedentes, uma vez que tanto as despesas realizadas pela *liberalitas* de Tito quanto o evergetismo de Domiciano em termos das suas construções não teriam permitido que o último flaviano equilibrasse o orçamento do Império. Nerva teria enfrentado, portanto, pesadas despesas após o governo de Domiciano, mas obteve sucesso porque teria garantido o início da administração de Trajano (Sutherland, 1935, p. 162). Dessa forma, a autora retoma a ideia de Gsell (1894, p. 333) de que, apesar da justiça com a qual

Domiciano administrou as finanças externas, não teve o mesmo êxito na gestão dos cofres internos.

A crítica de Syme (1930) se baseou nos relatos de Suetônio (*Dom.*, 12), no qual o escritor relacionou a rapacidade de Domiciano ao descontrole financeiro do erário (Dias, 2019, p. 32). Syme (1930, p. 66) defendeu que Domiciano levou a cabo sucessivas perseguições a membros senatoriais porque enfrentava diversas conspirações. Assim, para se manter no posto de imperador, Domiciano lançou mão de uma série de assassinatos, exílios e mesmo o confisco de posses de senadores e de suas famílias. O embate travado entre Syme (1930) e Sutherland (1935) em torno da questão da saúde financeira e dos motivos dos confiscos de bens da aristocracia depois do ano de 93 é digno de nota. A tese de Syme (1930, p. 66) preconizou que Domiciano teve a necessidade de efetuar os confiscos para minar a base da economia de seus oponentes políticos.

Sutherland (1935, p. 157-158), ancorada em Suetônio (*Dom.* 12), em Plínio, o Jovem (*Pan.*, 42, 1; 50; 55, 5) e em Dião Cássio (67, 4, 5) defendeu a ideia de que Domiciano efetuou os confiscos por conta da possibilidade de acumular dinheiro. Além disso, para essa autora, Domiciano produziu uma arbitrária política de confisco e de venda de terras de senadores. Um pouco mais tarde, Garzetti (1974, p. 281) advogou que Domiciano teria seguido com as políticas econômicas adotadas por Vespasiano, porém, a recepção dessas ações pelos detratores da imagem do imperador foi descrita como os resquícios de uma gestão tirânica. No entanto, hipóteses híbridas ganharam espaço nesse debate e difundiram a ideia de que Domiciano promoveu os confiscos tanto para angariar recursos financeiros para os cofres públicos quanto para dilapidar o patrimônio de seus oponentes da aristocracia (Rogers, 1984, p. 60-62).

### **As perspectivas revisionistas**

A leitura segundo a qual Domiciano foi considerado um tirano, por seu turno, foi problematizada por Pleket (1961), que averiguou a validade do *topos* tirânico como forma de representar aquele imperador. Por conta de uma imagem construída de Domiciano, sobretudo por autores da Antiguidade que, mais tarde, foi assimilada pela tradição historiográfica moderna, fomos convidados a enxergar os atos daquele imperador como vívidas expressões da tirania. Domiciano foi descrito como um cruel autocrata e mesmo como tirano, como vimos no tópico anterior. O governo do último flaviano ficou caracterizado como sendo um período de terror e de extravagâncias, hipótese que buscou testar em seu artigo. Na visão do autor, o império necessitava ser bem administrado e Domiciano teve um senso de justiça social, sobretudo com relação às províncias. A

A concentração de recursos financeiros nas mãos de Domiciano teve duas motivações: primeiro, o autor advogou por uma ausência senatorial no tocante às questões da administração das províncias e, em segundo lugar, a agressividade com a qual Domiciano tratou os membros senatoriais, motivada pelas constantes tentativas de conspiração, com maior ênfase para a Revolta de Antônio Saturnino, na Germânia Superior, em 89 (Pleket, 1961, p. 312). A *inopia rapax*, assim definida por Suetônio, não teria origens financeiras, mas nessas tentativas de conspiração política.<sup>1</sup>

Waters (1963, p. 198-218) buscou tecer algumas considerações acerca do advento e da posterior consolidação da segunda dinastia imperial romana. Uma das inferências foi a de que o primeiro *princeps* romano, Augusto, elaborou arranjos dinásticos influentes que permaneceram mesmo após a sua morte, no início do século I. Augusto teria se tornado, portanto, sinônimo de *auctoritas*.<sup>2</sup> Seu herdeiro, Tibério, foi imediatamente associado à imagem imperial dada a adoção dele por Augusto. Assim, a posição social e a influência política de Augusto foram passadas para seu herdeiro (Waters, 1963, p. 203-204). Waters considerou o estabelecimento da *domus Caesaris*, no final do século I AEC, como uma revolução (Waters, 1963, p. 207).

No que tangia ao estabelecimento da segunda dinastia, a dos flavianos (69-96), o autor considerou que a busca pela estabilidade bem como os conflitos tanto em nível representativo quanto em nível bélico protagonizados por Otávio, Marco Antônio e a rainha egípcia Cleópatra (Silva, 2014, 119-172) que foram a tópica da década de 40 AEC, não podem ser comparados com o contexto do ano de 69 por alguns motivos. Em primeiro lugar os conflitos entre Galba e Oto, Oto e Vitélio e Vespasiano e Vitélio foram breves e pontuais, além de situados em partes específicas do Império. Em segundo lugar, as destruições que ocorreram tanto em Cremona quanto os incêndios de construções em Roma aconteceram em um único ano, que não poderia ser comparado com os acontecimentos da década de 40 AEC.

Em nosso entendimento, Waters (1963, p. 218) levou em conta o fato de que o ano de 69 foi um curto período de muitas incertezas. O jogo político não estava delimitado,

---

<sup>5</sup> De acordo com o *Oxford Latin Dictionary* (Glare, 1968), *inopia* significa falta, algum querer ou escassez. *Rapax* é um adjetivo cujos sentidos são: ganancioso, voraz, furioso, avassalador. Pleket (1961, p. 300) elaborou alguns argumentos para sustentar essa ideia. Primeiramente, o governo de Domiciano estava em um contexto de instabilidade social e política, motivada pela fome e pela escassez de grãos na Península Itálica. Para o autor, isso fez com que o imperador se aproximasse dos mais desfavorecidos, o que irritava as elites. Em segundo lugar, Domiciano não teria tato (*tactfulness*) político, ou seja, não soube lidar com membros senatoriais de modo dissimulado. O autor, portanto, enxergou a política no Império Romano como uma representação teatral.

<sup>6</sup> *Auctoritas* era um termo latino que designava a notoriedade de um sujeito bem como o grau de sua influência no seio social. Poderia representar liderança, capacidade de influência ou prestígio. Esse conceito está associado ao de augúrio que, no campo do sagrado, denominava a profecia interpretada pelos augures (sacerdotes romanos) durante o ritual de canto e voo de aves (Silva, 2018, p. 178).

nem mesmo o fato de o imperador estar em Roma era indicativo de permanência no poder. Em outras palavras, entrevemos uma verdadeira disputa tanto em termos de violência em campos de guerras quanto em termos de disputas imagéticas, tal como exposto nos testemunhos monetários daquele período.

No entanto, Waters (1963, p. 218) desconsiderou o fato de que os recursos imagéticos formavam verdadeiras fontes de propagação de mensagens obviamente elogiosas ao imperador bem como ao próprio Império, baseados primordialmente em motivos imagéticos e em epítetos e deuses característicos conforme o tipo de narrativa que se objetivava passar. Desse modo, entendemos que essas representações devem ser lidas por meio do conceito de *teatrocracia* porque compreendemos que todos os sistemas de poder constantemente produzem e reproduzem imagens públicas do regime que, por meio de dispositivos místicos, culturais ou do campo do sagrado, contribuem para a construção da *persona* do governante e para a teatralização do poder (Balandier, 1982, p. 10).

Waters (1964, p. 49-77), em *The character of Domitian*, defendeu que Domiciano foi equiparado a Tibério na categoria de maus imperadores porque ambos teriam falhado no trato político com o Senado. A ordem senatorial foi representada, por esse autor, como um órgão controlador das narrativas literária e historiográfica. Waters (1964, p. 54) procurou refutar três hipóteses provenientes de autores antigos pós-domiciânicos. A primeira tratou Domiciano como um governante que ascendeu à purpura imperial com um apetite incontrolável por poder, que havia sido reprimido pelo pai e pelo irmão. A segunda assertiva era a de que Domiciano foi um sanguinário bem como suas ações flertavam sempre com a luxúria. A terceira era a de que Domiciano foi incompetente em termos de matéria militar.

Na visão de Waters (1964, p. 65), a chave para entendermos a narrativa imposta pela tradição pós-domiciânica que buscou vituperar a imagem daquele imperador baseava-se no tipo de relação que Domiciano teria nutrido com o Senado. Não somente a história do Império estava nas mãos daquela aristocracia, mas a própria opinião pública. A autocracia de Domiciano no gerenciamento do Império foi tida, por esse autor, como uma oposição contínua ao poder dos senadores, o que concedeu palco para que narrativas tirânicas emergissem, como as de Plínio, o Jovem, (*Pan.*, 54; 66) e de Tácito (*Agr.*, 3), que reportaram à posteridade, em seus escritos, que o Senado passou a discutir futilidades durante o principado do último flaviano. No entanto, apesar dessa oposição entre a autocracia de Domiciano e os interesses senatoriais, houve progressões de carreira dos senadores durante aquele principado. Por um lado, se nos primeiros anos de seu governo Domiciano procurou monopolizar as honras republicanas aos seus *amici* – seguindo uma

política parecida com a de Vespasiano e a de Tito –, por outro lado esse comportamento não obteve continuidade. Entre 70 e 81, os anos em que Vespasiano e Tito estiveram à frente do Principado, cerca de três quartos de todos os consulados ordinários foram ocupados por membros da família imperial (Waters, 1964, p. 66).

Jones (1973, p. 79-91), que levou em conta as discussões existentes até sua época, notadamente Pleket (1961) e Waters (1963; 1964), observou, nas fontes literárias em prosa, uma distorção acerca da história do governo de Domiciano no que dizia respeito ao Senado, descrito quase sempre como amedrontado e intimidado, persistentemente desprezado pelo imperador e uma das vítimas das paranoias do *princeps* ocorridas após a Revolta de Antônio Saturnino, na Germânia, em 89. Essa hipótese, aliás, foi defendida por Pleket (1961, p. 297), a de que, após 89, Domiciano se tornara mais desconfiado e mais agressivo. Durante os primeiros dois anos de seu governo, entre 81 e 83, a atitude de Domiciano acerca do consulado ordinário seguiu as diretrizes de Vespasiano. Em 82, por exemplo, o imperador dividiu o consulado com o primo Tito Flávio Sabino. Em 83, seu colega foi Petílio Cerial, outro parente dos flavianos, dessa vez por casamento. Entre 83 e 88, no entanto, Domiciano se afastou dessa política de Vespasiano e permitiu que sujeitos de fora da *gens* Flavia ocupassem cinco dos dez consulados ordinários restantes. Entre 89 e 96, Domiciano deixou definitivamente as políticas de Vespasiano e mesmo ele passou a ocupar menos consulados ordinários. Não podemos afirmar se isso foi uma resposta aos acontecimentos de 89. Domiciano ocupou três dos dezesseis consulados ordinários durante os oito últimos anos de seu governo. Em 95, Domiciano dividiu o consulado com Flávio Clemente, irmão de Flávio Sabino (com quem dividiu o consulado em 82), o que poderia ser um indício de que Domiciano visava o preparo dos filhos de Clemente como seus sucessores (Jones, 1973, p. 81-82).

As questões acerca das representações históricas de Domiciano, porém, formaram a tópica de *The historical Domitian: illustrating some problems of historiography*, publicado em 1989, por Pieter Botha. O mote desse artigo foi o do problema histórico da imagem de Domiciano, que imputava ao historiador o contato direto com fontes muito limitadas e por vezes tendenciosas. Na visão de Botha (1989, p. 49), o *Panegírico de Plínio, o Jovem*, distorceu a figura de Domiciano como o mesmo autor fez em suas epístolas. A leitura daquele panegírico em 1º de setembro do ano 100, quando Plínio e Cornuto Tertúlio se tornaram cônsules sob Trajano, representou uma reconciliação entre o imperador e o Senado, depois dos conflitos vivenciados durante a gestão de Domiciano e que não teriam sido apaziguados no curto tempo de Nerva, conforme defendemos no tópico anterior. O autor considerou o texto elogioso a Trajano como uma espécie de manual no qual constava a ideia de que o Senado fazia de um imperador bom e virtuoso, ou seja, o

caráter pedagógico e aconselhador do elogio. Dessa forma, o *Panegírico* retrataria muito mais a maneira pela qual a imagem de Domiciano foi utilizada após sua morte do que sua própria *persona* imperial (Botha, 1989, p. 49). Acrescentamos que o texto pliniano poderia representar a forma pela qual a história do governo de Domiciano foi recepcionada por parte de um discurso definitivamente senatorial.

### **Textos, materialidades e a retórica**

Foi no ano de 1992 que tivemos um novo marco historiográfico dentro da revisão acadêmica sobre Domiciano com *The Emperor Domitian*, de Brian Jones. O autor concluiu que Domiciano foi odiado por ter perseguido senadores, pela aplicação de sua política financeira e pela crescente arrogância. Para o autor, analisar o caráter de Domiciano implica esbarrar em duas problemáticas, a saber, o viés da documentação literária e os padrões de julgamento adotados pela aristocracia. Nessa obra, Jones seguiu os passos de Syme (1930), Pleket (1961) e Waters (1964). Uma das contribuições inovadoras desse livro foi o fato de que seu autor atribuiu importância à corte de Domiciano. Sobre o caráter daquele imperador, Jones (1992, p. 193) ressaltou a existência de dois fatores distintos que tornavam o percurso mais complexo. O primeiro percalço seria a concepção e os padrões de julgamento contidos nas fontes literárias fabricadas pelas antigas aristocracias, que representou uma mudança da narrativa após a morte de Domiciano. Em sua visão, não importava quem fosse o imperador porque o regime contemporâneo seria intocável, ao passo que o antecessor seria considerado menor, o que mais tarde seria teorizado por Charles (2002, p. 19).

O segundo problema residia no fato de que as fontes literárias emanariam o que uma pequena parcela do Império pensava acerca do papel do imperador e que tal visão seria fabricada pelo tipo de relação que o *princeps* teve com aquela ordem. Dessa forma, a apreensão da personalidade de Domiciano seria uma tarefa muito difícil por conta da parcialidade das fontes. Apesar de defender essa ideia, Jones (1992, p. 196) apresentou suas impressões acerca do caráter de Domiciano. Para o autor, Domiciano seria supersticioso, desconfiado e desprovido de senso de humor. Teria uma personalidade reclusa bem como não teria a capacidade de se envolver com os membros da aristocracia, o que teria permitido aos seus detratores o representarem como moroso e sombrio, diferentemente de Vespasiano e de Tito. O Domiciano de Jones teria passado a maior parte do tempo ao lado de seus cortesãos e não com os senadores, fato esse que fez o autor concluir que o último imperador flaviano teria sido vítima de membros de sua corte.

A respeito da corte imperial de Domiciano, em *Domitian and the court*, Jones (1994, p. 329-335) buscou compreender o poder imperial como uma Monarquia em sua essência, que se movia com o imperador e sua comitiva. Sob Domiciano, a corte imperial ou a *aula* desempenhou um papel proeminente no regime. A corte de Domiciano possuía suas próprias características, bem como poderia se mover com o *princeps* em suas campanhas militares ou quando estivesse em sua Vila Albana, que foi um local de importantes eventos políticos e culturais. Domiciano, no entanto, preferia um estilo de governo autocrático e monárquico, o que teria sido representado pelo fato de que o poder real residia onde quer que o imperador estivesse no momento e onde quer que ele escolhesse estabelecer sua corte. Para o autor, portanto, o governo de Domiciano demonstrou a irrelevância do Senado e que, para além disso, Roma já não importava mais como centro do poder imperial. Diferentemente de Devreker (1977, p. 224), que matizou a importância e a relevância do *consilium*, Jones (1994, p. 329) defendeu que desde o advento do Principado a corte imperial assumiu a forma de fonte de toda a influência política.

A conclusão do autor foi a de que a atitude de Domiciano para com seus cortesãos foi determinante para o seu destino (Jones, 1994, p. 334). Baseado primordialmente nos relatos de Dião Cássio, Juvenal, Marcial, Estácio e de Suetônio, no entanto, de forma bastante literal, o autor repetiu o lugar-comum segundo o qual Domiciano foi uma pessoa inábil em termos de diálogo com outros segmentos de poder, bem como sua narrativa amiúde partiu dos acontecimentos de setembro de 96 como parâmetro de análise de quinze anos de governo, no que diz respeito ao trato político do imperador. Assim, Jones (1994, p. 335) concluiu que os cortesãos de Domiciano arquitetaram a sua morte por causa da falta de diálogo entre o imperador e sua corte, tal como sugeriram Dião Cássio e Suetônio. Defendemos que as fontes escritas pelos autores acima citados seriam melhor exploradas no campo das representações, afinal tratamos de uma biografia suetoniana, um texto historiográfico de Dião Cássio, uma sátira escrita por Juvenal e dois conjuntos de poemas escritos por Marcial e por Estácio que possuíam regras próprias que regulamentavam cada campo discursivo.

Ainda sobre a matéria do isolamento de Domiciano, o livro de Patricia Southern (1997), intitulado *Domitian: tragic tyrant*, apresentou um estudo acerca do caráter de Domiciano, mas com base em documentação essencialmente vituperiosa sobre aquele *princeps*. Para a autora, um exame do caráter de Domiciano deve começar pela juventude do imperador, porque, segundo ela, os eventos ocorridos durante a infância poderiam definir atitudes futuras, consciente ou inconscientemente na sua vida adulta. A autora mencionou o fato de que a deusa Minerva foi considerada, por Domiciano, como sendo a sua mãe e explicou essa aproximação como produto da vulnerabilidade do imperador

porque experimentou a orfandade materna. Compreendemos que as escolhas de determinadas divindades feitas pelos imperadores expressavam o desejo de legitimação da *domus* bem como da ascendência do imperador. Durante a República, por exemplo, Júlio César aproximou-se da deusa Vênus e chegou a cunhar moedas com a tipologia venusiana (Crawford 480/8). No Principado, Augusto teve uma atitude parecida com Apolo (RIC I, 170). Domiciano, por sua vez optou por Minerva, deusa relacionada aos assuntos bélicos e apareceu em, pelo menos, quatro tipos de cunhagens (RIC II, 321; RIC II, 584; RIC II, 591; RIC II, 720).

Sistemas de poder estão constantemente em negociação com recursos imagéticos, religiosos e culturais para o estabelecimento da sua legitimidade e isso não foi diferente no principado de Domiciano quando levamos em conta o peso da figura de Minerva para o *princeps*. Em nosso entendimento, portanto, o argumento de Southern (1997, p. 121) não se sustenta porque outras lideranças do mundo romano também buscaram vincular-se a determinadas deidades com o propósito de construir e de transmitir certas imagens do regime (Chabrečková, 2017, p. 45). A narrativa da autora foi extremamente teleológica e desconsiderou, portanto, o uso político das representações de Domiciano com deuses, ao chamar tal relação como fruto da orfandade e de um instinto de sobrevivência (Southern, 1997, p. 121). De fato, compreendemos essa aproximação como uma forma encontrada pelo governo de Domiciano para forjar uma realidade, uma imagem e de assegurar a manutenção do próprio poder do imperador que buscava construir a representação de um ordenamento social particular (Chartier, 1991, p. 177).

Além disso, a autora assinalou que as ações de Domiciano de perseguir opositores, de exilar pessoas e outras seriam produtos de um medo do *princeps*, do sentimento de perda que teria sido uma constante em sua vida a começar pela orfandade materna. A Revolta de Antônio Saturnino, em 89, teria rompido com as alianças entre Domiciano e os militares e causado paranoia no imperador com relação à sua segurança pessoal (Southern, 1997, p. 125). Não concordamos com essa hipótese por pelo menos três razões. A primeira, e nisso concordamos com Dias (2019, p. 51), Southern (1997, p. 195) possui uma narrativa controversa a respeito do governo de Domiciano, na qual praticamente todos os atos do imperador foram resultados de seu passado considerado por ela difícil. Ao seguir as narrativas de vitupério como Suetônio, Plínio, o Jovem e Tácito, por exemplo, a autora desconsiderou o papel ativo que esses autores exerceram na produção desses discursos e assumiu, ingenuamente, que tais relatos são os mais próximos da verdade. Além disso, entendemos como problemática a desconsideração do papel desempenhado pelas regras retóricas implícitas nessas fontes, o público a que se destinava bem como a maneira pela qual a comunicação se realizava (Dias, 2019, p. 52).

O segundo ponto pelo qual discordamos de Southern (1997) compreende a insistente preocupação da autora em captar o caráter de Domiciano exposto nas fontes, em termos de psicologia, bem como a falta de uma análise que levasse em conta as disputas políticas representadas nas documentações. Em sistemas de poder, são comuns as disputas políticas, sejam elas de ordem simbólica ou mesmo disputas sangrentas por meio de guerras (Chartier, 1991, p. 177). Numa sociedade fortemente estratificada como a que havia na Roma antiga, conspirações eram, via de regra, formas de se alcançar posições de poder.

O terceiro ponto sobre o qual discordamos ancora-se na desconsideração dos testemunhos contidos na poesia, por exemplo, nos epigramas de Marcial e nos poemas de Estácio. O elogio no mundo antigo – para além da noção contemporânea de mera adulação –, segundo o pensamento retórico, tinha também uma função de aconselhamento: era uma estratégia de convencimento (Giesen; Leite, 2019, p. 102). A *Retórica*, de Aristóteles, preconizou que o orador poderia elogiar e ao mesmo tempo aconselhar o elogiado a seguir determinado caminho. O inverso também seria válido porque, ao aconselhar sobre alguma pauta, o orador poderia enaltecer algum aspecto digno de ser elogiado.

Essa questão justifica a assertiva de que, no *Panegírico*, de Plínio, o Jovem, temos a definição de uma série de comportamentos esperados pelos membros senatoriais e cavaleiros, cujo objetivo seria aconselhar Trajano sobre como manter o contexto de estabilidade política mediante a garantia da segurança (*securitas*) e da *dignitas* dos grupos que rondavam o imperador (Alfaro, 2016, p. 91; Plin., *Pan.*, 3, 4). Portanto, defendemos que uma análise sobre Domiciano deve levar em consideração também as narrativas presentes em textos poéticos, pois constituíam formas de agir na realidade política do Principado, a partir da criação de um discurso ético do exercício do poder imperial (Alfaro, 2016, p. 92).

Em *Damning Domitian: a historiographical study of three aspects of his reign*, de Britta Johansson (2013), a autora utilizou como fontes documentais as obras de Tácito, Suetônio, Plínio, o Jovem, Dion Cássio e Eusébio de Cesareia. Seu foco foi compreender a construção da imagem de Domiciano nas obras dos autores supramencionados. A autora dividiu sua análise em três eixos, a saber, a crueldade de Domiciano e sua relação com os membros senatoriais, a administração imperial domiciânica e a política religiosa de Domiciano. Esses três eixos foram considerados os principais motivos de sua *damnatio memoriae* e posterior vitupério nas fontes contemporâneas e na historiografia, bem como utilizados para elaborar uma comparação entre Domiciano e os demais imperadores –

posteriores e antecessores.<sup>1</sup> A hipótese de Johansson (2013, p. 11) foi a de que os relatos de vitupérios descritos nos textos dos autores posteriores ao século I sobre a suposta tirania de Domiciano são exageros retóricos.

A autora compreendeu que esses retratos foram produzidos pela tradição, sobre o que concordamos apenas parcialmente, por dois aspectos. Primeiramente, discordamos da autora quando essa considera a retórica como um exagero ou mesmo como algo supérfluo ou um conceito afiliado ao de inverossimilhança. O segundo aspecto sobre o qual discordamos é o de que devemos compreender essas narrativas como construções sociais e políticas que guardam íntimo contato com suas respectivas realidades. Pensamos que não constitui o trabalho do historiador a apreensão de um Domiciano mais verdadeiro que o retratado em outro texto histórico, mas o de compreender como essas narrativas – circunscritas aos seus respectivos lugares, tempos e componentes regulatórios – construíram identidades, alteridades, representações.

Para Galimberti (2016, p. 92-108), Domiciano teve especial interesse nas províncias gregas e hispânicas. Uma das evidências seriam os cultos a Asclépio, em Pérgamo, e a Deméter, em Éfeso, onde também foi construído um templo ao imperador. Domiciano teria adotado títulos em Atenas, como o de arconte (chefe dos magistrados), de *strategos* (chefe militar ou chefe político), em Pérgamo, e de *hieromnemon* (oficial religioso), em Bizâncio. Na Hispânia, Domiciano concedeu o *Ius Latii* (direito romano) aos moradores das províncias, além de erigir estátuas em Salpensa, Málaga e em Irni (Galimberti, 2016, p. 102).

O autor concorda com a afirmação de Jones (1992, p. 196) segundo a qual, apesar de as fontes literárias demonstrarem uma imagem tirânica do período do governo de Domiciano, os historiadores erraram em reduzir esse momento e esse sujeito à categoria de tirano. Houve mortes de membros senatoriais durante todo o Principado. Para o autor, um dos ganhos com Domiciano foi a consolidação da estrutura organizacional do poder no Império Romano, além de uma sólida política externa e do rigor na política fiscal. Além disso, houve uma preocupação com o planejamento urbano e com a administração imperial. Dessa forma, Domiciano não seria simplesmente um tirano, teria sido um governante que exerceu o poder de forma pragmática, sem que sua política negligenciasse a esfera religiosa e o rigoroso respeito às tradições romanas (Galimberti, 2016, p. 104-105).

---

<sup>1</sup> Podemos conceituar *damnatio memoriae* como a punição senatorial de apagamento da memória de um indivíduo condenado à morte ou morto antes da acusação criminal ser finalizada. De uma maneira simbólica, o indivíduo que sofresse essa penalidade depois de falecer era considerado um corpo insepulto. A penalidade era aprovada ou não por um *senatus consultum* e poderia ainda ser sugerida por um imperador para que fosse votado pelos magistrados (Flower, 1998, p. 155).

Nessa esteira, temos Pilar Fernández Uriel (2016), autora de *Titus Flavius Domitianus, de princeps a dominus: um hito en la transformación del Principado*, em que a autora teceu comparações entre as figuras de Nero e a de Domiciano. A autora cunhou um neologismo, o *domicianismo* – em paralelo com o *neronismo* –, categoria na qual buscou englobar a personalidade política e a noção de soberania de Domiciano. Segundo ela, as políticas desse *princeps* foram continuadas pelos sucessores. O governo de Domiciano não teria significado o fim de uma era, mas constituiu uma fase importante dentro do regime político do Principado. Por fim, a autora destacou que, em vez de caracterizarmos Domiciano como um autocrata ou tirano sanguinário – como quer a tradição escrita pós-96 –, devemos considerar a eficiência de suas políticas administrativas, econômicas, bem como o projeto governamental que, segundo ela, foi um programa no qual se assentaram as bases do governo romano do século II (Fernández Uriel, 2016, p. 281).

Fernández Uriel (2016) foi criticada por Dias (2019, p. 25), que enxergou problemas em sua historiografia. Para ele, a autora naturalizou, em sua obra, os atributos ligados a Domiciano e o fez sem se preocupar com os possíveis interesses envolvidos na construção das narrativas tirânicas. Alfaro (2016, p. 89) seguiu nessa mesma direção ao dizer que as fontes literárias relativas aos imperadores do século I – o autor citou as *Vidas* de Suetônio como exemplo – foram utilizadas sem se levar em conta as relações de poder envolvidas na construção desses discursos. Para esse autor, não havia regras claras na sucessão imperial e o Principado renascia a cada investidura. Essa ausência motivava a formação endógena e/ou exógena à corte imperial de facções que poderiam promover conspirações contra os soberanos. Dessa forma, Alfaro (2016, p. 91) defendeu a criação de um projeto pliniano – o autor utilizou como documento o *Panegírico a Trajano* de Plínio, o Jovem – em que, por meio dos elogios direcionados a Trajano, houve um diálogo no sentido da previsibilidade dos comportamentos esperados pelos aristocratas e pelos *amici* do imperador. A forma por meio da qual esta comunicação se exprimia seria a ritualização de condutas consideradas virtuosas e, em contrapartida, aquelas condutas rechaçadas se tornariam motivos de vitupério – o que se revelaria uma forma de controle do corpo do imperador.

Em *Imperador ou tirano: comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano*, tese defendida na Universidade Federal de Ouro Preto, Mamede Queiroz Dias (2019) apontou que os documentos literários, os testemunhos monetários e a arquitetura até 96 eram de caráter elogioso a Domiciano. Após o assassinato daquele, a inclinação passou do elogio ao vitupério. Esse fenômeno teve como principal expoente a produção de narrativas escritas por membros senatoriais e equestres entre os dois séculos que sucederam os eventos de 96. Dessa forma, a historiografia dos séculos XX e XXI replicou

essa polarização, que se encontra nos textos em prosa e alguns em verso (Dias, 2019, p. 232). Para o autor, os discursos que foram produzidos quando da ascensão dos flavianos se apropriaram de *topoi* vituperiosos à *persona* imperial.

O próprio poeta, douto no manejo da palavra, também funcionava como um perpetuador de memórias. Os documentos utilizados por Dias (2019) foram um inventário de moedas comemorativas dos Jogos Seculares de 88 divididas em dois grupos, a saber, as moedas de tipos simbólicos (que apresentam objetos ou monumentos simbólicos) e as de tipos narrativos (no qual os motivos cunhados apresentam uma cena ou a narração de algum evento), o poema 1.6 das *Silvas*, de Estácio, sobre as Saturnais de Domiciano, datado de 93 e 95 e a topografia dos espaços em que os *Ludi* e as Saturnais eram realizados. Desse modo, o autor considerou pertinente levar em conta os espaços pelos quais a comunicação de Domiciano com públicos variados e amplos ocorria (Dias, 2019, p. 235). O autor chegou a algumas conclusões. Primeiramente, as cunhagens apresentaram diálogos com os Jogos Seculares de Augusto, ocorridos em 17 AEC. O autor defendeu que o ano de 88 foi marcado como aquele no qual Domiciano inaugurou um novo século, momento de uma restauração moral e urbanística em solo romano, o que denuncia um caráter paradoxal do Principado de constante resgate por insígnias republicanas (Dias, 2019, p. 236).

## Conclusão

À guisa de conclusão, notamos que, desde fins do século XIX, a historiografia passou a problematizar as representações de Domiciano que nos foram legadas por meio das documentações em prosa, bem como a levar em consideração os testemunhos poéticos e a cultura material. Essas fontes passaram a fornecer outras facetas de Domiciano que fizeram frente àquelas contidas nos testemunhos em prosa. No alvorecer do século XXI houve uma intensa produção e diversificação de temáticas e um interesse particular com o período flaviano. Questões sobre se Domiciano foi ou não foi um tirano, se foi ou não foi mais autocrata do que seus antecessores, voltaram à tona. Defendemos que o termo tirano foi uma construção retórica que se tornou uma categoria na qual governantes eram encaixados conforme os contextos sociopolíticos. Assim como Nero, Domiciano entrou para o *hall* de imperadores com aspirações tirânicas quando comparados com outros Césares, como no caso do *Panegírico a Trajano*, de Plínio, o Jovem.

Ao longo de nossa exposição identificamos pelo menos três problemas a partir do exame da fortuna crítica de Domiciano: o conceito de tirano, que por muitos séculos foi dominante na escrita da história e nas fontes documentais; o conceito de autocracia;

e, finalmente, a desconsideração da retórica na produção dos discursos da Antiguidade. Em nosso entendimento, portanto, fontes documentais como as *Vidas*, de Suetônio, as *Histórias*, de Tácito, as epístolas e o *Panegírico* de Plínio, o Jovem e a *História Romana*, de Dion Cássio, possuem em comum o *topos* da tirania que por muitos anos foi simplesmente aceito pela historiografia, que ecoou um discurso senatorial que construiu a imagem de Domiciano como tirano.

A *damnatio memoriae* sofrida pelo último dos flavianos propagou um vitupério à sua imagem mais do que o seu esquecimento. Domiciano se tornou um modelo a não ser seguido. Consideramos o conceito de autocracia como uma forma anacrônica e eufemística de representar o governo e o caráter de Domiciano. Assim como seus antecessores, Domiciano governou em um Principado. Outros imperadores, como Cláudio, cometeram assassinatos durante seu governo e não sofreram o mesmo tratamento das fontes que foram escritas após a sua morte. Defendemos a necessidade de um olhar voltado para essas documentações em prosa e em verso com base nos preceitos da retórica antiga que regulamentava o pensamento e o discurso também no período imperial.

Outro problema que observamos foi o do denominado período do terror que apareceu pela primeira vez no *Essai* e que representou uma forma anacrônica de enxergar o final do governo de Domiciano (Gsell, 1894, p. 177-185). O período do terror que teria se iniciado no ano 90 e tem momentos classificados por Gsell (1894, p. 181) como mais duros entre os anos de 93 a 96, conforme dissemos, foi o resultado de uma narrativa senatorial que amplificou os momentos conflituosos entre Domiciano e seus opositores. A imagem desse *princeps* nos parece mais matizada quando nos debruçamos sobre as documentações contemporâneas ao seu governo e que nos informam as outras faces de Domiciano, além da sua preocupação em demonstrar a extensão de seu poder no Império Romano.

## Referências

### Documentação textual

- CASSIUS DIO. *Roman History*. Translated by Earnest Cary and Herbert B. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1914.
- LIVY. *Ab Urbe Condita*. Translated by John Briscoe and Simon Hornblower. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

- PLÍNIO. Panegírico a Trajano. In: GIRON, L. L. *Panegírico a Trajano*: tradução e estudo introdutório. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- STATIUS. *Silvae*. Translated by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge/London: Harvard University, 2003.
- SUETÓNIO. *Vidas dos Césares*: livro VIII. Os Flávios. Vidas de Vespasiano, Tito e Domiciano. Tradução de José Luís Brandão. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023.
- TACITO. *Agrícola, Germania y Diálogo sobre los oradores*. Traducción de José María Requejo Prieto. Madrid: Gredos, 1981.

### Documentação numismática

- CRAWFORD, M. *Roman Republican coinage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- MATTINGLY, H.; SYDENHAM, E. A. *The Roman imperial coinage: Vespasian to Hadrian*. London: Spink and Sons, 1926. v. II.

### Obras de apoio

- ALFARO, J. P. Memoria y proyecto político en el Panegírico de Plinio. *Romanitas*, n. 8, p. 86-105, 2016.
- BALANDIER, G. *O poder em cena*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- BAPTISTA, N. H. T. *Erigindo Germânico*: Domiciano e seu programa construtor em Roma a partir da retórica laudatória de Estácio (81-96). 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.
- BAPTISTA, N. H. T.; LEITE, L. R. Revisiting Domitian: epideictic portraits of a controversial emperor. In: DEVILLERS, O.; SEBASTIANI, B. B. (éd.) *Sources et modèles des historiens anciens*. Bordeaux: Ausonius, 2021.
- BOTHA, P. The historical Domitian: illustrating some problems of historiography. *Neotestamentica*, n.1, v. 23, p. 45-59, 1989.
- CHABREČKOVÁ, B. *The imperial cult during the reign of Domitian*. 2017. Master Thesis (Classical Archeology). Faculty of Arts, Department of Archeology and Museology, Masaryk University. Brno, 2017.
- CHARLES, M. Calvus Nero: Domitian and the mechanics of predecessor denigration. *Acta Classica*, v. 45, p. 19-49, 2002.

- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DEVREKER, J. La continuité dans *le consilium principis* sous les flaviens. *Ancient Society*, v. 8, p. 223-243, 1977.
- DIAS, M. Q. *Imperador ou tirano: Comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano (81-96)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- FERNÁNDEZ URIEL, P. *Titus Flavius Domitianus de princeps a dominus: un hito en la transformación del Principado*. Signifer: Madrid, 2016.
- FLOWER, H. Rethinking Damnatio Memoriae. *Classical Antiquity*, n. 17, v. 2, p. 155-183, 1998.
- GALIMBERTI, A. The emperor Domitian. In: ZISSOS, A. (ed). *A companion to the Flavian Age of Imperial Rome*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016.
- GARZETTI, A. *From Tiberius to the Antonines: a History of the Roman Empire, 14-192*. London: Methuen, 1974.
- GIESEN, K. R.; LEITE, L. R. *As cartas de elogio de Plínio, o Jovem*. Vitória: Edufes, 2019.
- GLARE, P. *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- GSELL, S. *Essai sur le règne de l'empereur Domitien*. Paris: Thorin, 1894.
- JOHANSSON, B. *Damning Domitian: a historiographical study of three aspects of his reign*. 2013. Thesis (Degree of Bachelor of Arts). University of Queensland, Queensland, 2013.
- JONES, B. Domitian and the court. *Pallas*, n. 40, p. 329-335, 1994.
- JONES, B. Domitian's attitude to the senate. *The American Journal of Philology*, v. 94, p. 70-90, 1973.
- JONES, B. *The emperor Domitian*. London: Routledge, 1992.
- LEGRAND, D. L'Essai sur le règne de Domitien de S. Gsell et la réévaluation du règne de Domitien. *Pallas*, n. 40, p. 57-67, 1994.
- MOMMSEN, T. *Étude sur Pline le Jeune*. Paris: Nabu Press, 2013.
- PLEKET, H. Domitian, the Senate and the Provinces. *Mnemosyne*, n. 14, p. 296-31, 1961.
- ROGERS, P. Domitian and the finances of state. *Historia*, n. 33, p. 60-78, 1984.
- SILVA, C. F. P. *A construção da imagem de Otávio, Cleópatra e Marco Antônio entre moedas e poemas (44 a 27 a. C.)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- SILVA, C. F. P. *A representação do lugar social do poeta no principado de Augusto a partir das epístolas de Horácio*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- SOUTHERN, P. *Domitian: tragic tyrant*. New York: Routledge, 1997.

- SUTHERLAND, C. The State of the imperial treasury at the death of Domitian. *The Journal of Roman Studies*, v. 25, p. 150-162, 1935.
- SYME, R. The imperial finances under Domitian, Nerva and Trajan. *The Journal of Roman Studies*, v. 20, p. 55-70, 1930.
- SZOKE, M. Condemning Domitian or un-damning themselves? Tacitus and Pliny on the Domitianic "Reign of terror". In: AUGOUSTAKIS, A.; BUCKLEY, E.; STOCKS, C. (ed). *Undamning Domitian? Reassessing the last Flavian princeps*. Illinois: University of Illinois Press, 2020.
- WATERS, K. The character of Domitian. *Phoenix*, n. 18, v.1, p. 49-77, 1964.
- WATERS, K. The second dynasty of Rome. *Phoenix*, v. 17, p. 198-218, 1963.